

Nadja Simone Menezes Nery de Oliveira<sup>1</sup>  
Elenice Silva Carvalho<sup>2</sup>  
Thiago Pereira do Nascimento<sup>3</sup>  
Carla Maria Schmidt<sup>4</sup>

*Cooperação e empoderamento feminino:  
análise do Índice de Empoderamento e  
Desenvolvimento de Gênero (IEDG)  
em uma cooperativa agrária no Paraná*

### **Introdução**

As mulheres são um importante agente na promoção do desenvolvimento de uma região, agentes esses que se configuram em um dos principais intermediários da mudança econômica e social. Dessa forma, o ganho de poder das mulheres nas esferas sociais e intrafamiliar constitui um dos aspectos centrais no processo de desenvolvimento de uma região. Nesse sentido, reduzir as diferenças de gênero representa uma estratégia de desenvolvimento (SEN, 2000).

A desigualdade entre os gêneros se faz presente em sete aspectos da vida social, a saber: na mortalidade, na natalidade, nos desenvolvimentos básicos derivados das oportunidades de se escolarizar, ou de participar em funções de reconhecimento na comunidade; em termos de formação para o trabalho, postos de emprego, promoção laboral e tipos de ocupação; na propriedade de terras e moradias, o que reduz a voz das mulheres e suas possibilidades de se interessar no comércio, economia e atividades sociais; e, por fim, na divisão do trabalho, expressa nas relações no

---

<sup>1</sup> Doutorado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). E-mail: nadja\_menezes@hotmail.com.

<sup>2</sup> Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (PPGA/UNIOESTE). E-mail: esilva.carvalho@hotmail.com.

<sup>3</sup> Especialista MBA em Gestão Contábil, Financeira e Auditoria pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE) e docente no Instituto Federal do Paraná (IFPR). E-mail: thiago.nascimento@ifpr.edu.br.

<sup>4</sup> Doutorado em Administração pela Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo (FEA/USP) e Docente no Programa de Pós-Graduação, Mestrado e Doutorado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio na Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). E-mail: carlamariaschmidt@hotmail.com.

interior dos lares com as cargas de trabalhos domésticos e de cuidado infantil (SEN, 2001b).

Para Sen (2001a), em sua obra *Desigualdade reexaminada*, existem disparidades sistemáticas nas liberdades desfrutadas por homens e mulheres em diferentes sociedades, e tais discrepâncias não se resumem exclusivamente a diferenças na renda ou recursos. Apesar dos níveis salariais e de remuneração constituírem uma parte importante no que diz respeito às desigualdades relativas ao gênero. Existem outras esferas diferenciais, como na divisão do trabalho intrafamiliar, na assistência ou educação recebida e nas liberdades que se permitem a diferentes membros desfrutar. Com relação à esfera intrafamiliar, a sobrecarga de trabalho não remunerado gera diversas sequelas às mulheres: dificulta a sua entrada no mercado laboral e reduz suas oportunidades profissionais em ocupações consideradas “masculinas”, de forma que, devido à discriminação salarial e menor valorização das ocupações nas quais se concentram, as mulheres têm rendimentos menores, o que as limita a uma maior participação na informalidade e em empregos sem proteção social (OIT; PNUD, 2009).

O cooperativismo é considerado uma das mais importantes formas de ação coletiva, promovendo inclusão e participação das mulheres, e fora criado baseado nos princípios de igualdade e democracia. Diante disso, Bialoskorski (2000) afirma que o movimento cooperativista não deveria promover a segregação por motivos de raça ou gênero.

A participação das mulheres em ações coletivas como o cooperativismo tem sido importante para o aumento do empoderamento ou para melhoria dessa percepção por elas. De acordo com dados da (OCB), no Brasil, aproximadamente 52% das cooperadas são mulheres, isto mostra que as mulheres se uniram em grupos para buscar seu desenvolvimento. Ainda, as atividades realizadas em grupos de cooperação são mais adaptáveis às rotinas das mulheres, como grupos de mulheres que moram próximas e exercem a mesma atividade. Dessa forma, ao se organizarem em cooperativas, elas aplicam o princípio de gestão, repartindo de maneira igualitária o resultado do trabalho (BRASIL, 2012).

Nesse sentido, o presente artigo se propõe a analisar o nível de empoderamento das mulheres da Cooperativa Agrária dos Assentados do Vale do Piquiri (Cooperagra) e da Associação de Mulheres do Assentamento Nossa Senhora (Amana), localizadas no município de Mariluz, região noroeste do estado do Paraná, por meio da análise do Índice de Empoderamento e Desenvolvimento de Gênero (IEDG) aplicado a essas mulheres, baseado e adaptado da metodologia proposta por Barros, Carvalho e Franco (2003).

## **As ações coletivas e o cooperativismo**

A Nova Economia Institucional tem se desenvolvido ao longo das últimas décadas, com diversos estudos sobre as estruturas de governança e as organizações complexas, dentre elas as formas coletivas de governança (POWELL, 1990; MENARD, 2004). As ações coletivas são reconhecidas de diversas formas dentro dos aportes literários como: *redes, clusters, suply chain, netchains, joint-ventures*, alianças, cooperativas, contratos, associações, dentre outras (MENARD, 2004; SCHMIDT, 2010).

O cooperativismo, considerado uma importante forma de ação coletiva, surgiu a partir de uma crise econômico-social em 1844, no período da Revolução Industrial na Inglaterra, quando um grupo de operários, a partir de uma tentativa de greve frustrada por melhores salários, se associaram e formaram a primeira cooperativa em Rochdale. O empreendimento foi baseado nos princípios de solidariedade, igualdade, democracia e fraternidade (BIALOSKORSKI, 2000; DALLER, 2010). Sendo assim, o movimento cooperativista não deveria promover a segregação por motivos religiosos, políticos, de raça ou gênero, considerando os mesmos princípios doutrinários de liberdade de associação, de democracia nas decisões e de igualdade entre os associados (BIALOSKORSKI, 2000).

No Brasil, o cooperativismo possui legislação própria (Lei nº 5.764, de 1971, p. 1), que define as cooperativas como “sociedades de pessoas, com forma e natureza jurídica próprias, de natureza civil, não sujeitas à falência, constituídas para prestar serviços aos associados”.

O cooperativismo é representado pelo Sistema OCB, composto pela Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), da Confederação Nacional das Cooperativas (CNCoop) e do Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (Sescoop). Conforme dados da OCB (2015), o Brasil possui mais de 6,8 mil cooperativas distribuídas em 13 ramos de atividade, alcançando o patamar de 11,5 milhões de associados e gerando aproximadamente 340 mil empregos formais. No setor agropecuário, no ano de 2013, eram 1.597 cooperativas, mais de um milhão de associados e mais de 160.000 empregos formais.

De acordo com Bialoskorski (2000), o que diferencia as sociedades cooperativas das sociedades de capital é que, nas cooperativas, cada associado tem apenas o direito a um único voto, e nas sociedades de capital o voto é proporcional ao capital de cada investidor. Já a OCB (2015) destaca que o cooperativismo pode ser considerado o modelo de negócio mais viável para o desenvolvimento sustentável, levando em conta seu papel de inclusão social, econômica e cultural.

O objetivo final é promover o desenvolvimento econômico e o bem-estar de todos os seus cooperados, bem como da comunidade em que se inserem. Nesse modelo empresarial, as decisões são tomadas coletivamente e os resultados obtidos são distribuídos de forma justa e igualitária, na proporção da participação de cada membro. Ao invés de concentrar o lucro em uma ou em poucas pessoas, os resultados das cooperativas são distribuídos entre todos os seus associados, impulsionando geração de renda e inserção social (OCB, 2015, p. 18).

É importante ressaltar, conforme Tierling (2016, p. 63), que “embora o cooperativismo seja uma forma de associação de pessoas, o associativismo e o cooperativismo possuem diferenças marcantes, a iniciar pelas suas finalidades”. O cooperativismo abrange aspectos econômicos e pode realizar atividades comerciais, operações financeiras, bancárias e candidatar-se a empréstimos e aquisições do governo federal, podendo ainda as cooperativas de produtores rurais serem beneficiadas com o crédito rural.

No sistema agroindustrial o cooperativismo é uma forma importante para produtores rurais, possibilitando a agregação de valor ao seu sistema de produção e ao equilíbrio do mercado. Sendo assim, estas organizações de trabalho também podem vir a usufruir de vantagens, quando comparadas a outras empresas no que diz respeito à coordenação dos Sistemas Agroindustriais (SAGs) (BIALOSKORSKI, 2000).

Para reforçar a importância das cooperativas no setor agroindustrial, segundo dados do (IBGE) referente ao último Censo Agropecuário realizado no ano de 2006, o modo cooperativista representou aproximadamente 48% do total da produção de alimentos do país, sendo responsável pela inclusão de pequenos produtores no mercado (OCB, 2015).

## **O Índice de Empoderamento e Desenvolvimento de Gênero (IEDG): conceituação e relação com o cooperativismo**

Vem se registrando nos últimos anos o surgimento de políticas e visibilidade nos estudos teóricos sobre o desenvolvimento e a igualdade de gênero e a valorização da mulher. Segundo Kabeer (s/d, *apud* MELLO; BANDEIRA, 2005, p. 47), gênero é o “conjunto de normas, valores, costumes e práticas através das quais a diferença biológica entre homens e mulheres é culturalmente significada.”

Passos (2000, p. 4):

Como gênero é diferente de sexo, relações de gênero também não significam relações entre dois sexos e sim como eles são interpretados socialmente e historicamente. Isso porque, essa

relação, assim como o conceito de gênero, só poderá ser entendida no contexto histórico e social. Ela não tem o mesmo significado em qualquer local e em qualquer tempo, ao contrário, varia e assim, o que poderá significar ser mulher em uma cultura poderá ser diferente em outra, do mesmo modo pode-se dizer do que é ser homem.

Stromquist (s/d, *apud* LEÓN, 1997) define o empoderamento como um processo para mudar a distribuição de poder, tanto nas relações interpessoais como nas relações institucionais na sociedade. Ao aplicar as teorias do empoderamento a um contexto de gênero, a autora ressalta a necessidade de as mulheres enfrentarem afetam diretamente a elas, os quais implicam um processo para gerar consciência política e criar pressão para alcançar mudanças na sociedade.

Nessa direção, Friedman (1996) argumenta que o empoderamento diz respeito a toda forma de acréscimo de poder, seja induzido ou conquistado, que permite aos indivíduos ou unidades familiares elevarem a eficácia do seu exercício de cidadania. Conforme esse autor, existem três tipos de empoderamento que são importantes para as unidades domésticas, a saber: o social, o político e o psicológico.

O empoderamento social se refere ao acesso a determinadas bases de produção doméstica, por exemplo, informação, conhecimento e técnicas, e recursos financeiros. Tal tipo de empoderamento presume o acesso às instituições e aos serviços, e a capacidade de influência no ambiente público. O empoderamento político corresponde ao processo pelo qual são tomadas as decisões; esse, no entanto, não está relacionado tão somente com o poder de voto, mas principalmente com o poder de voz e da ação coletiva. Por fim, o empoderamento psicológico ou pessoal ocorre quando há um despertar da consciência no que se refere à autonomia e ao desenvolvimento individual; abrange desde questões relativas à autoestima e à autoconfiança, como também a ter controle sobre a própria sexualidade, reprodução e segurança pessoal, provém da consciência individual de força (FRIEDMAN, 1996).

Em relação às políticas públicas de valorização da mulher, no Brasil, a Medida Provisória nº 726, de maio de 2016, extinguiu o Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial, da Juventude e dos Direitos Humanos, que havia sido criado em 2015. Com a reforma, a Secretaria de Políticas para Mulheres (SPM) passou a ser vinculada ao Ministério da Justiça e Cidadania. A SPM foi criada em 2003, com o objetivo de combater todas as formas de preconceito e discriminação, por meio da valorização da mulher e de sua inclusão no processo de desenvolvimento social, econômico, político e cultural (SPM, 2016).

Ainda nesse contexto, em 2004, seguindo os princípios da Aliança Cooperativa Internacional, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), sobre a competência do Departamento de Cooperativismo e Associativismo Rural (Denacoop), promoveu a incorporação do componente gênero como política pública, com a criação do Programa Coopergênero. O programa tinha como objetivo contribuir para a construção da equidade de gênero nas cooperativas e associações e apoiar as ações de capacitação e geração de renda com base no desenvolvimento sustentável (MAPA, 2009).

Daller (2010, p. 6) afirma que a criação do programa Coopergênero baseou-se em análises de dados da Confederação Brasileira dos Trabalhadores na Agricultura e dados do censo IBGE 2002:

- Dos 16 milhões de trabalhadores rurais, as mulheres são as que enfrentam o trabalho mais precário e não remunerado, e as que exercem trabalho remunerado recebem 25% menos que os homens, embora desempenhando as mesmas funções.
- As mulheres representam 50% da população rural em idade produtiva, entre 15 e 55 anos, correspondendo a 36% da população rural economicamente ativa.
- Entre a população mais pobre do campo, as mulheres representam 62%, sendo que 56,5% começam a trabalhar antes de completar 10 anos de idade.

A influência das relações de gênero foi destacada em estudo realizado por Tierling (2016) em uma cooperativa de agricultura familiar, em que a predominância da atuação masculina se apresentou como um limitador ao alcance de maiores benefícios do grupo. O autor ainda destacou em seu estudo que a inclusão do trabalho feminino na propriedade era feito apenas em algumas atividades que não gerassem riscos às mulheres e tampouco pudessem reduzir sua atuação nas tarefas domésticas.

Nesse contexto, o Índice de Empoderamento e Desenvolvimento de Gênero (IEDG) é formado por 10 dimensões, conforme resume o Quadro 1. Tal índice é baseado na metodologia proposta por Barros, Carvalho e Franco (2003). Fazendo as adaptações de nomenclatura necessárias ao modelo original, a fim de atender os objetivos do presente estudo, o modelo para a construção do IEDG é descrito como a seguir.

**Quadro 1 - Composição do Índice de Empoderamento e Desenvolvimento de Gênero (IEDG)**

<b>Dimensões</b>	<b>Variáveis selecionadas para a pesquisa</b>
i) Acesso ao trabalho	Disponibilidade de trabalho; qualidade do posto de trabalho.
ii) Acesso ao conhecimento	Analfabetismo; escolaridade; qualificação.
iii) Posse de ativos	Titular de terras, bens e imóveis.
iv) Condições habitacionais	Posse do domicílio; tipo de material do domicílio; acesso à água; acesso à energia elétrica; acesso à rede de esgoto; acesso à coleta de lixo; acesso à rua pavimentada.
v) Disponibilidade de recursos	Renda familiar <i>per capita</i> ; linha de pobreza; linha de extrema pobreza; capacidade de geração de renda.
vi) Percepção de empoderamento	Participação nas decisões da família e da propriedade; valorização das opiniões tanto na família como na comunidade local; percepção de empoderamento devido à participação em cooperativa/associação; percepção de mais igualdade entre os sexos; maior poder de decisão na propriedade, família e sociedade em virtude da participação na cooperativa/associação.
vii) Fecundidade	Uso de contraceptivos; compartilhamento da maternidade.
viii) Acesso à saúde	Prática de exercícios físicos; adesão aos planos de saúde particulares; acesso à rede pública de saúde.
ix) Vulnerabilidade social	Sofreu algum tipo de discriminação.
x) Uso do tempo	Uso do tempo livre; acesso ao cuidado infantil. Responsabilidade pelas atividades na propriedade e na família.

**Fonte:** Elaborado pelos autores.

## **Histórico da Cooperagra e Amana**

A Cooperagra e a Amana têm sua história iniciada no ano de 1998 com a chegada do Movimento Sem Terra na fazenda Nossa Senhora Aparecida, situada no município de Mariluz (PR), região noroeste do Paraná. Desde então, o Movimento passou por constantes batalhas políticas e ideológicas, enfrentando enormes desafios, até que no ano de 2002 conquistaram o título de assentamento.

No ano 2008, a Incubadora de Empreendimentos Econômicos Solidários IEES/UEM iniciou um trabalho de educação continuada com os moradores do assentamento, por meio de projeto de extensão institucional. O projeto tinha como objetivo estimular apropriação das teorias da ação coletiva e fortalecimento econômico, com a proposta de incubação de uma cooperativa, a Cooperagra.

Foram dois anos de trabalho incubado, período em que outras instituições parceiras também ofertaram cursos e treinamentos aos

assentados, até que em 2010 a Cooperativa Agrária dos Assentados Vale do Piquiri (Cooperagra) foi formalizada e entregue aos fundadores assentados. A partir daí, os cooperados iniciaram um processo de fortalecimento e amadurecimento, para mais tarde adentrar na produção de grãos e leite.

Com a cooperativa formada e operando, o crescimento econômico dos assentados evoluiu consideravelmente, porém outros desafios surgiram, um deles relacionado às mulheres residentes no assentamento, pois a maioria maciça de cooperados era composta por homens. Então, novamente por intermédio da Incubadora de Empreendimentos Econômicos Solidários IEES/UEM, idealizou-se a criação de uma Associação de Mulheres, visando envolvê-las no processo de fortalecimento do assentamento, trazendo possibilidades de atuação e valorização do trabalho feminino dentro do mesmo espaço. Assim, em 2015, foi fundada a Associação de Mulheres do Assentamento Nossa Senhora Aparecida (Amana).

As mulheres se motivaram a envolver-se nos processos produtivos, aumentando inclusive o número de mulheres que passaram a ser cooperadas da Cooperagra em paralelo com a Associação de Mulheres (Amana). Atualmente, as duas funcionam em conjunto no mesmo espaço, e por meio de parcerias e formação dos membros vislumbram possibilidades de fortalecimento e amadurecimento.

A Associação e a Cooperativa estão localizadas no município de Mariluz, região noroeste do estado do Paraná. De acordo com o Censo 2010, o município de Mariluz conta com uma população de 10.224 habitantes. A maior parte dessa população está concentrada na área urbana, com 8.467 habitantes (82,8%), sendo que os demais 1.757 habitantes (17,2%) estão domiciliados na zona rural do município. Conforme o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES, 2016), a taxa de pobreza<sup>5</sup> de Mariluz incide em aproximadamente 13,96% de sua população. O município tem um IDH-M (Índice de Desenvolvimento Humano Municipal) de 0,639 e o Índice de Gini de 0,4619.

Com relação ao mercado de trabalho, observa-se que a geração de emprego tem se expandido, ocupando aproximadamente 95,2% da População Economicamente Ativa (PEA), em 2010. Além disso, o setor primário, mais especificamente a agropecuária, corresponde à principal atividade no que se refere à geração do Valor Bruto Nominal da Produção Agropecuária, o qual representa uma estimativa da geração de renda do meio rural que, de acordo com os dados da Secretaria da

---

<sup>5</sup> Proporção dos indivíduos com renda domiciliar *per capita* igual ou inferior a R\$ 140,00 mensais, em reais de agosto de 2010. O universo de indivíduos é limitado àqueles que vivem em domicílios particulares permanentes.



Agricultura e Abastecimento do Estado do Paraná (DERAL), alcançou no ano de 2015 a cifra correspondente a R\$ 148.274.666,53.

## **Metodologia e fonte de dados**

Para elaboração do presente trabalho utilizou-se a pesquisa bibliográfica para fins de contextualização e definição do tema proposto. Em seguida, com o objetivo de identificar o grau de empoderamento das mulheres que fazem parte da Cooperativa Agrária dos Assentados do Vale do Piquiri (Cooperagra) ou da Associação de Mulheres do Assentamento Nossa Senhora Aparecida (Amana) e as variáveis determinantes para isso, foi empregada a técnica de levantamento ou *survey*, pela qual foram coletados dados com a população a fim de obter informações quanto aos aspectos de empoderamento individual.

Desse modo, do ponto de vista da abrangência da pesquisa, pode-se classificá-la como qualitativa, pois, por meio da análise de questionário aplicado *in loco*, foi identificada e discutiu-se uma população específica, isto é, as mulheres associadas à Cooperativa Agrária dos Assentados do Vale do Piquiri (Cooperagra)/ou à Associação de Mulheres do Assentamento Nossa Senhora Aparecida (Amana), representativa da comunidade rural de Mariluz. A natureza da pesquisa pode ser classificada como exploratória e descritiva. Tal método visa abordar um caso específico, sendo necessário desenvolver as fontes de informação e posteriormente descrevê-las por meio de modelos teóricos (GIL, 2008).

O levantamento dos dados primários foi realizado no primeiro trimestre de 2017, por meio da pesquisa de campo, via aplicação direta de questionário às mulheres que fazem parte da Cooperagra e da Amana, em um encontro realizado com elas. Dessa forma, foi utilizada técnica de amostragem não probabilística: a amostragem objetiva e por conveniência. De acordo com Maroco (2003), a amostragem objetiva caracteriza-se pelo acesso rápido aos subgrupos pesquisados e que estarão mais receptivos à pesquisa. Embora participem da Cooperagra e da Amana 111 mulheres, o tamanho da amostra a ser analisada corresponde a 17 entrevistadas que participaram do encontro, o que equivale a uma amostra de 15,32% da população total.

Para compor o IEDG de Mariluz, foram selecionadas as variáveis indicadas no Quadro 1 e, a partir dessas variáveis, foram elaboradas as questões que compuseram o questionário aplicado no município. Tal questionário foi elaborado de modo a incorporar todas as dimensões do IEDG, e sua estrutura contou com 44 questões, sendo 37 questões fechadas e direcionadas e sete questões abertas, as quais abordaram as atividades desempenhadas na propriedade, o tamanho desta, as principais culturas nela desenvolvidas; e se a participação na cooperativa as fazia sentir-se mais empoderada.

De posse desses dados, foi calculado o Índice de Empoderamento e Desenvolvimento de Gênero (IEDG) para as mulheres associadas à Cooperagua e/ou à Amanapara, feita a análise e discussão, conforme poderão ser observadas na próxima seção.

O IEDG é dividido em dez dimensões, avaliadas com base nas informações do questionário aplicado e sintetizadas no indicador, a saber: i) acesso ao trabalho; ii) acesso ao conhecimento; iii) posse de ativos; iv) condições habitacionais; v) disponibilidade de recurso; vi) empoderamento político; vii) fecundidade; viii) acesso à saúde; ix) vulnerabilidade física e psíquica; e x) uso do tempo. Cada uma dessas dez dimensões representa, em parte, o acesso aos meios necessários para que os indivíduos sejam capazes de satisfazer as suas necessidades no que concerne ao empoderamento e desenvolvimento.

A construção do IEDG do presente trabalho terá como base as informações básicas contidas no questionário aplicado com as mulheres associadas à Cooperagra e/ou à Amana. Serão atribuídos pesos idênticos a todas as variáveis pertencentes ao mesmo componente, bem como a todos os componentes de uma mesma dimensão e, ainda, para todas as dimensões.

O peso atribuído para variáveis de diferentes componentes não é o mesmo, uma vez que tanto o número de componentes por dimensão como o número de variáveis por componentes variam. Entretanto, a ponderação é padronizada de tal modo para que seja possível que o grau de empoderamento de cada indivíduo varie entre 0 (para os indivíduos sem nenhum traço de empoderamento) e 1 (para os indivíduos plenamente empoderados). As dez dimensões se estendem em componentes que, ao seu turno, demandam diferentes indicadores para representá-los.

A divisão do trabalho, que por seu turno designa às mulheres o espaço reprodutivo (privado) e aos homens o espaço produtivo (público), é considerada determinante estrutural da relação de pobreza das mulheres em relação aos homens. Tal divisão é a base da desigualdade de oportunidades que possuem as pessoas de sexos diferentes para ter acesso aos recursos materiais e sociais (propriedade de capital produtivo, trabalho remunerado, educação e capacitação), bem como para participar da tomada das principais decisões políticas, econômicas e sociais que regulam o funcionamento de uma sociedade (BRAVO, 1998).

De acordo com Bravo (1998), a alta participação das mulheres no trabalho doméstico não remunerado (invisível) as torna invisíveis como atores, como sujeitos do desenvolvimento. Assim, tão somente quando o trabalho doméstico é reconhecido como um trabalho socialmente

necessário é possível oportunizar para as mulheres a recuperação do seu papel de sujeito do desenvolvimento e objeto de políticas.

Nesse contexto, na dimensão 1 estão presentes as variáveis que tratam do acesso ao trabalho, dentre os múltiplos componentes que pode possuir. No presente trabalho, foram utilizadas as seguintes variáveis: disponibilidade de trabalho e qualidade do posto de trabalho.

A dimensão 2, acesso ao conhecimento, é composta por três componentes: analfabetismo; escolaridade; qualificação. Uma situação ideal para o primeiro componente, medida pelo indicador ausência de adulto analfabeto, seria aquela em que sua proporção fosse igual a 1, isto é, que todos os adultos questionados fossem alfabetizados. Valores abaixo de 1 são considerados uma privação relevante, pois uma situação como esta representará a presença de analfabetismo, baixo grau de escolaridade e qualificação profissional no domicílio. Com relação à alfabetização, foi levado em conta que o adulto analfabeto é aquele que não sabe ler e escrever e o adulto analfabeto funcional aquele com menos de 4 anos de estudo.

A posse de ativos representa a terceira dimensão do IEDG e pretende quantificar a titularidade de terras, bens e imóveis por parte das mulheres.

A quarta dimensão diz respeito às condições habitacionais, e é composta pelas variáveis: posse do domicílio; tipo de material do domicílio; acesso à água; acesso à energia elétrica; acesso à rede de esgoto; acesso à coleta de lixo; acesso à rua pavimentada.

A disponibilidade de recursos representa a quinta dimensão que compõe o IEDG. Essa dimensão é formada pelas variáveis: renda familiar *per capita*; linha de pobreza, linha de extrema pobreza; e capacidade de geração de renda. Embora o foco deste estudo seja a análise do empoderamento das mulheres associadas à Cooperagra e/ou à Amana, também se fez necessário utilizar linhas de pobreza e de extrema pobreza ou indigência. Desse modo, para a dimensão 5, as linhas de pobreza utilizadas para compor o IEDG corresponderão a  $\frac{1}{2}$  do salário mínimo do ano de 2017. Já as linhas de extrema pobreza serão representadas por  $\frac{1}{4}$  do salário mínimo do ano de 2017.

A sexta dimensão, percepção de empoderamento, é representada pelas variáveis: participação nas decisões da família e da propriedade; valorização das opiniões tanto na família como na comunidade local; percepção de empoderamento devido à participação em cooperativa/associação; percepção de mais igualdade entre os sexos; maior poder de decisão na propriedade; família e sociedade, em razão da participação na cooperativa/associação.

A sétima dimensão aborda a fecundidade, sendo essa composta pelas variáveis: uso de contraceptivos; compartilhamento da maternidade.

Sabe-se que a cultura tende a identificar as mulheres como únicas responsáveis pela reprodução biológica na sociedade, no entanto, há forte pressão por parte da sociedade ao exigir tal obrigação. Assim, é fundamental tratar o tema dos direitos de reprodução, os aspectos culturais que regem a relação entre os gêneros em matéria de sexualidade e procriação em distintos contextos sociais, para que não haja uma fecundidade mais elevada do que aquela desejada pelas mulheres, principalmente em setores pobres das áreas urbanas e rurais.

O acesso à saúde compõe a oitava dimensão do IEDG e é formada pelas variáveis que visam captar a prática de exercícios físicos, a adesão aos planos de saúde particulares e o acesso à rede pública de saúde.

A dimensão vulnerabilidade social compõe a nona dimensão do IEDG, da qual é possível extrair as variáveis que buscam captar se as mulheres entrevistadas já sofreram algum tipo de discriminação, sejam elas sociais, raciais, de gênero etc.

O tempo é um recurso necessário para realizar diversas atividades, tais como o estudo, a participação social e o trabalho. Assim, a décima e última dimensão, uso do tempo, pretende medir o uso do tempo livre; o acesso ao cuidado infantil e a responsabilidade pelas atividades na propriedade e na família.

Para a construção do IEDG, assim como proposto em Barros, Carvalho e Franco (2003), utilizou-se o indicador sintético S, derivado de uma série de indicadores básicos, em razão de ser essa a forma mais simples de elaboração de indicadores sintéticos.

Os pesos dados às dimensões e a seus componentes correspondentes são simétricos. Isso se deve ao fato de não ser possível saber as preferências e os gostos da população que se analisa. Uma vez que para as variáveis de um mesmo componente são atribuídos pesos iguais, e as variáveis pertencentes a uma mesma dimensão e até mesmo essas últimas também recebam pesos idênticos, entretanto, uma vez que se alteram tanto a quantidade de componentes como o número de variáveis por componentes, o peso aplicado para as variáveis de componentes distintos não obedece à regra de que será sempre o mesmo.

Nesse sentido, a ponderação dos pesos obedece à regra de tal modo que o grau de empoderamento das mulheres que fazem parte da Cooperativa dos Assentados do Vale do Piquiri (Cooperagra) e/ou da Associação de Mulheres do Assentamento Nossa Senhora Aparecida (Amana) se situe entre 0 e 1, em que a variabilidade igual a 0 do grau de empoderamento representa aquelas mulheres sem qualquer traço de empoderamento, ao passo que a variabilidade do grau de empoderamento igual a 1 representa as mulheres com grau máximo de empoderamento.

Assim, o indicador sintético global de empoderamento,  $S$ , pode ser representado de acordo com a seguinte especificação:

$$S = \frac{1}{10} \sum_{K=1}^{10} \left( \frac{1}{m_k} \sum_{j=1}^{m_k} \left( \frac{1}{n_{jk}} \sum_{i=1}^{n_{jk}} B_{jki} \right) \right)$$

em que  $B_{jki}$  diz respeito ao  $i$ -ésimo indicador básico do  $j$ -ésimo componente da  $k$ -ésima dimensão,  $m_k$  o número de componentes da  $k$ -ésima dimensão,  $n_{jk}$  a quantidade de indicadores do  $j$ -ésimo componente da  $k$ -ésima dimensão. Isto é, o indicador sintético de cada componente,  $S_{jk}$ , corresponde à média aritmética dos indicadores utilizados para a representação deste componente. Do mesmo modo, o indicador sintético de cada dimensão,  $S_k$ , é a média aritmética dos indicadores sintéticos dos seus componentes. E, finalmente, o indicador sintético global,  $S$ , é a média aritmética dos indicadores sintéticos das sete dimensões que o compõem.

## **Resultados e discussões**

A presente seção evidencia os resultados da pesquisa, com base nas entrevistas realizadas. A Tabela 1 apresenta a caracterização da amostra, ou seja, as principais características sociais e demográficas da população entrevistada.

A faixa etária dos indivíduos predominantemente está entre 46 e 70 anos (53%); as mulheres entrevistadas que tinham até 25 anos totalizaram aproximadamente 12% da amostra; aproximadamente 24% correspondem à idade entre 26 e 35 anos; e 5,88% das entrevistadas estavam na faixa etária de 36 a 45 anos. Com relação à etnia das entrevistadas, essas declararam pertencer em sua maioria à etnia branca (65%); seguida da etnia parda (24%); as etnias negra e indígena representaram cada qual, aproximadamente, 6%.

As entrevistadas eram, em sua maioria, casadas ou em união estável (76%), seguidas dos indivíduos solteiros que somaram 18% do total. Importante ainda destacar que 85% das entrevistadas possuíam filhos e mais da metade desta proporção, aproximadamente (65%), possuíam até dois filhos.

O nível de escolaridade majoritário é das que possuem Ensino Fundamental completo, o que representa aproximadamente 53% da amostra, e aquelas que têm o Ensino Médio completo, 29%. Quanto à renda familiar das entrevistadas, elas estão assim distribuídas: até R\$ 500,00, 18%; de R\$ 1.000,00 até R\$ 2.000,00, 47%; a faixa de renda de R\$ 2.000,00 a R\$

3.000,00 representou 29% da amostra, e a renda familiar acima de R\$ 3.000,00, aproximadamente, 6%.

**Tabela 1** - Distribuição sociodemográfica das mulheres que fazem parte da Cooperagra e da Amana, segundo a faixa etária, estado civil, escolaridade, etnia e renda familiar

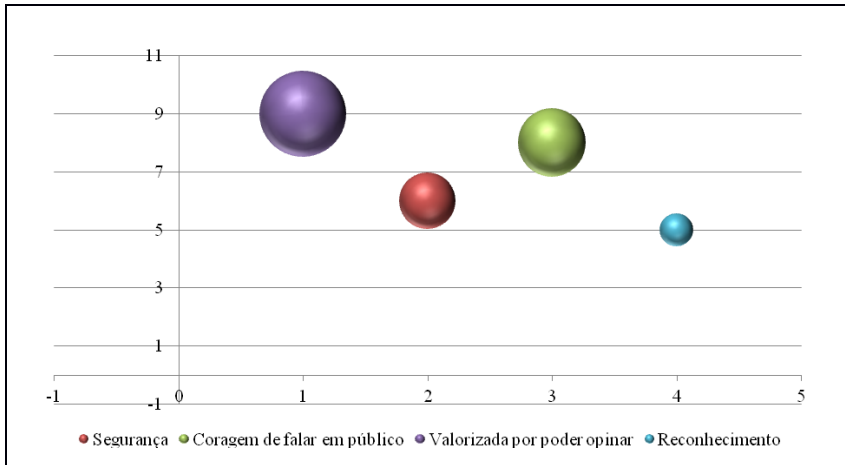
Variáveis	Características	%
Faixa etária	até 25 anos	11,77
	De 26 a 35 anos	23,53
	De 36 a 45 anos	5,88
	De 46 a 70 anos	52,94
	Não responderam	5,88
Etnia	Branca	64,7
	Indígena	5,88
	Negra	5,88
	Parda	23,53
Estado civil	Solteira	17,65
	Casada	64,7
	União estável	11,77
	Divorciada	5,88
	Viúva	0
Escolaridade	Ensino fundamental completo	52,94
	Ensino fundamental incompleto	11,77
	Ensino médio completo	29,41
	Ensino superior incompleto	5,88
Renda familiar	Até R\$ 500,00	17,65
	De R\$ 500,00 até R\$1.000,00	0
	De R\$ 1.000,00 até R\$ 2.000,00	47,06
	De R\$ 2.000 até R\$ 3.000,00	29,41
	Acima de 3.000,00	5,88

Fonte: Resultados da pesquisa, 2017.

Em relação ao tamanho da propriedade, aproximadamente 88% possuíam no máximo 8 alqueires de terra, que apesar de não ser objeto do estudo, tal característica apresentada pelas famílias é proveniente de agricultura familiar, tanto no requisito tamanho da propriedade quanto em outros requisitos analisados como utilização de mão de obra familiar nas atividades da agricultura (TIERLING, 2016).

Na sequência, foram questionadas se a participação na cooperativa ou na associação havia contribuído para alguma mudança de comportamento e atitude. Nesta questão, cada entrevistada apontou até quatro fatores. Para facilitar a exposição, as expressões foram agrupadas nas categorias que estão apresentadas na Figura 1. O tamanho de cada bolha da figura ilustra as categorias que foram mais vezes apontadas como motivos que contribuíram para a mudança de atitude das entrevistadas que participam da Cooperagra e/ou da Amana.

**Figura 1** – Fatores indicados pelas entrevistadas como fonte de mudança de atitude e sentimento de realização



Fonte: Resultados da pesquisa, 2017.

O fator se sentir valorizada por poder opinar foi apontado pela maioria das entrevistadas (a questão foi citada 9 vezes). Na sequência, está a coragem de falar em público, assinalada 8 vezes como um fator promotor de mudança de atitude devido à participação na cooperativa e/ou associação. Já o fator segurança ocupa a terceira posição no ranking dessas categorias; as expressões correlacionadas foram citadas 6 vezes. Na quarta, e menor bolha, está o fator reconhecimento, assinalado 5 vezes pelas entrevistadas.

Destarte, é possível considerar que a participação na Cooperagra e/ou na Amana contribuiu de forma positiva para o sentimento de mudança de atitude e de reconhecimento por parte das entrevistadas, principalmente no quesito “se sentir valorizada por poder opinar”. Isto está em consonância com o que argumenta Friedman (1996), quanto ao empoderamento psicológico ou pessoal que ocorre quando há um despertar da consciência no que se refere a sua autonomia e desenvolvimento individual.

## O empoderamento das mulheres da Cooperagra e da Amana

Identificadas as principais características da população entrevistada, a presente seção destina-se a analisar os resultados obtidos do cálculo do Índice de Empoderamento e Desenvolvimento de Gênero. Nesse sentido, a Tabela 2 mostra os resultados sumarizados para as mulheres que fazem parte da Cooperagra e/ou da Amana.

Como pode ser observado, o resultado do IEDG mostra um grau de empoderamento e desenvolvimento moderado (0,5764) das mulheres. No que se refere aos indicadores da dimensão acesso ao trabalho, estes tiveram um resultado alto em comparação à maioria dos indicadores das demais dimensões. O destaque positivo está na disponibilidade do trabalho, pois 100% das mulheres da amostra em idade ativa estão ocupadas. A questão da qualidade do posto de trabalho responsável por avaliar o acesso a ocupações que não fossem agrícolas mostrou que aproximadamente 58,82% das entrevistadas, além de estarem trabalhando em atividades do campo, possuem outra atividade não agrícola.

Entre todos os meios que um indivíduo pode dispor para satisfazer suas necessidades, sem dúvida, o acesso ao conhecimento, que forma a segunda dimensão do IEDG, se encontra entre os mais importantes. Assim, o resultado apresentado por essa dimensão evidenciou um desenvolvimento moderado, apesar de não haver analfabetismo entre as entrevistadas, o que é bastante significativo, tendo em vista que o analfabetismo no Brasil é elevado, com aproximadamente 13 milhões de pessoas nessa situação (UNESCO, 2017).

Entretanto, ressalta-se o baixo valor obtido no componente qualificação profissional (0,0588). Dotar as pessoas de meios sem garantir que elas possam efetivamente utilizá-los para a satisfação de suas necessidades não constitui uma política eficaz. Tão importante quanto assegurar que os indivíduos tenham acesso a esses meios é conceder-lhes a oportunidade de utilizá-los. Por exemplo, esses indivíduos são privados de oportunidades quando lhes é negada a chance de desempenhar uma determinada função para a qual lhe foi conferido os conhecimentos necessários para desempenhá-la. Assim, privar os indivíduos do conhecimento é também privá-los do acesso ao mercado de trabalho (SEN, 1983; 1984). Desse modo, é fundamental a contribuição do componente de qualificação profissional para a redução das carências das mulheres analisadas, bem como da qualificação profissional dessas trabalhadoras.

A posse de ativos compõe a terceira dimensão do IEDG, e nela se considera a titularidade de terras, bens e imóveis. O resultado obtido por essa dimensão mostra que aproximadamente 67% das entrevistadas possuíam a titularidade da propriedade, conseqüentemente, aproximadamente 33% das entrevistadas não possuíam tal titularidade.



**Tabela 2** - Indicadores multidimensionais de Empoderamento e Desenvolvimento de Gênero (IEDG) das mulheres que fazem parte da Cooperagra e da Amana

<b>Descrição</b>	
<b>IEDG</b>	0,5764
<b>1 – Acesso ao trabalho</b>	0,7941
Disponibilidade de trabalho	1,0000
Qualidade posto de trabalho	0,5882
<b>2 – Acesso ao conhecimento</b>	0,4902
Analfabetismo	1,0000
Escolaridade	0,4118
Qualificação profissional	0,0588
<b>3 – Posse de ativos</b>	0,6667
Titularidade de terras, bens e imóveis	0,6667
<b>4 – Condições habitacionais</b>	0,4202
Propriedade	0,9412
Tipo de material de construção do domicílio	0,6471
Acesso à água	0,3529
Acesso à energia elétrica	0,9412
Acesso à rede de esgoto	0,0588
Acesso à coleta de lixo	0,0000
Acesso à rua pavimentada	0,0000
<b>5 – Disponibilidade de recursos</b>	0,7316
Pobreza	0,5000
Extrema pobreza	0,8125
Capacidade de geração de renda	0,8824
<b>6 – Percepção de empoderamento</b>	0,9063
Participação nas decisões da família e da propriedade	0,7500
Valorização das opiniões tanto na família como na comunidade local	0,8750
Percepção de mais igualdade entre os sexos	1,0000
Percepção de maior poder de decisão na propriedade; família e sociedade devido à participação na cooperativa/associação	1,0000
<b>7 – Fecundidade</b>	0,3942
Uso de contraceptivos	0,2500
Compartilhamento da maternidade	0,5385
<b>8 – Acesso à Saúde</b>	0,4902
Prática de exercícios físicos	0,4706
Adesão aos planos de saúde particulares	0,0625
Acesso à rede pública de saúde	0,9375
<b>9 – Vulnerabilidade social</b>	0,5333
Sofreu algum tipo de discriminação	0,5333
<b>10 – Uso do tempo</b>	0,3367
Uso do tempo livre	0,4375
Acesso ao cuidado infantil	0,0909
Responsabilidade pelas atividades na propriedade e na família	0,4818

**Fonte:** Elaboração própria com base nos dados do questionário aplicado.

A quarta dimensão trata das condições habitacionais dos domicílios. Por ter uma íntima relação com as condições de saúde, mensuradas, sobretudo, pelos indicadores dos componentes de acesso à rede de esgoto sanitário e à coleta de lixo domiciliar, essa dimensão pode ser considerada uma das mais importantes em captar as condições de vida de uma família.

Os índices calculados mostraram que apenas 42,02% dos domicílios das entrevistadas tinham condições de vida adequadas. Impactaram negativamente para esse resultado principalmente os componentes de acesso à água (35,29%), acesso à rede de esgoto (5,88%), acesso à coleta de lixo (0%) e acesso à rua pavimentada (0%). Por outro lado, apesar de o índice para essa dimensão ter sido menor, as características das propriedades apresentadas são típicas da realidade brasileira no que se refere a sua localização na área rural. Algumas entrevistadas, apesar de não possuírem água encanada, têm poço artesiano na propriedade.

Em relação ao acesso à rua pavimentada, de acordo com dados da Secretaria de Estado do Planejamento do Paraná (2014), a rede viária no estado é formada basicamente por estradas não pavimentadas ou rurais, com estimativa de aproximadamente 110.000 km de rede viária rural, que necessitam de permanentes manutenções e adequações. Pelo fato de o predomínio da base econômica no Paraná ser o agronegócio, considerando a localização das propriedades rurais e que essas estradas são o elo entre a área rural e os núcleos urbanos de comercialização, a melhoria dessas estradas deveria assumir importância estratégica para o setor.

Os componentes referentes à propriedade domiciliar e o tipo de material empregado para a sua construção apresentaram os melhores resultados na composição da dimensão das condições habitacionais, com 94,12% e 64,715%, respectivamente, desses domicílios sendo próprios e construídos em alvenaria.

A quinta dimensão, disponibilidade de recursos, se refere às famílias dessas mulheres que se encontram acima da linha de pobreza, da linha de extrema pobreza ou de indigência, e daquelas nos quais a maior parte da renda domiciliar não advém de transferências de renda.

A renda familiar *per capita* é um recurso fundamental, uma vez que grande parte das necessidades básicas de uma família pode ser satisfeita pela aquisição de bens e serviços no mercado. Ainda que a procedência dos recursos possa ser relevante para se satisfizer as necessidades de uma família, a sustentabilidade e o grau de independência dela dependem da parcela que é gerada autonomamente e da parte que é recebida como transferências de outras famílias ou do governo.

Os resultados apresentados pelos componentes dessa dimensão revelaram que aproximadamente 50% das famílias dessas mulheres possuíam renda familiar *per capita* superior à linha de pobreza. A proporção dessas famílias com renda superior à linha de pobreza foi de 81,25%. Já o

indicador de medição da parcela da renda familiar, advindo de transferências, mostrou que 88,24% da renda dessas famílias não eram originados por transferência.

A sexta dimensão faz referência ao empoderamento, formada pelos componentes que buscam medir a participação nas decisões da família e da propriedade, a valorização das opiniões tanto na família como na comunidade local, a percepção de mais igualdade entre os sexos e através da percepção de maior poder de decisão na propriedade, família e sociedade devido à participação na cooperativa/associação.

O ótimo resultado apresentado por essa dimensão mostrou que 90,63% das entrevistadas tinham claras suas percepções sobre a relevância do papel que desempenham dentro da propriedade, bem como a clareza da importância da participação tanto na Cooperagra como na Amana no sentimento de empoderamento. Os componentes que medem a percepção de mais igualdade entre os sexos e através da percepção de maior poder de decisão na propriedade, família e sociedade em virtude da participação na cooperativa/associação apresentaram os melhores resultados nessa dimensão, com 100% das entrevistadas tendo clara essa realidade. Elas justificam, conforme questão aberta, que a troca de ideias, as informações e o conhecimento adquirido na Cooperativa foram fatores importantes de contribuição.

Freire (1986, *apud* Baquero; Baquero, 2007) reconhece que, embora o empoderamento individual seja importante, tal aprendizagem precisa ter relação com a transformação mais ampla da sociedade. Baquero e Baquero (2007) confirmam que estas estratégias de empoderamento compõem, entre outras, o envolvimento na tomada de decisões, a socialização, a educação, o planejamento e a execução e iniciativas sociais. Nesse sentido, esta dimensão ainda vem reforçar que os benefícios da ação coletiva não são apenas econômicos e que sua viabilidade se dá pela presença de incentivos como o prestígio, a amizade, o respeito e outros benefícios de cunho sociais e psicológicos (OLSON, 1999).

A sétima dimensão que compõe o IEDG aborda a fecundidade, e o resultado dessa dimensão apresentou baixo desempenho, porque apenas 25% das entrevistadas fazem uso de mecanismos contraceptivos e apenas 53,85% das mães recebem ajuda do pai no compartilhamento da maternidade.

Tal resultado reforça ainda mais a lógica cultural da sociedade em identificar a mulher como única responsável pela reprodução biológica na sociedade, prevenção e cuidados com a prole. Brauner (2002, *apud* Lima, 2010, p. 7), aponta a visão idealizada da mulher que tradicionalmente foi “vinculada aos estereótipos femininos da submissão, proteção e abnegação da mulher, destinada a gerar e dar um sentido a sua vida quando da reprodução”. Apesar da evidência do baixo índice de uso de mecanismos

contraceptivos, conforme análise já apontada nesta pesquisa, destaca-se o baixo número de filhos pelas associadas, pois 65% das entrevistadas com filhos possuem apenas 1 ou 2 filhos. Este dado reafirma os já apontados pelo IBGE, em relação à taxa de fecundidade no Brasil, em que o índice apresentado em 2015 é de 1,72 filho por mulher.

O acesso à saúde está representado na oitava dimensão que forma o IEDG. Nessa dimensão são consideradas a prática de exercícios físicos, a adesão a planos de saúde particulares e o acesso à rede pública de saúde. O resultado apresentado por essa dimensão aponta que apenas 49,02% das entrevistadas têm suas demandas de saúde atendidas. O componente que mais contribuiu para esse desempenho insatisfatório foi o relativo à adesão a planos de saúde particulares, pois apenas 6,25% das entrevistadas possuem planos de saúde particulares. Porém, este componente é suprido pelo acesso às Unidades Públicas de Saúde, com índice de 0,9375. A prática de exercícios físicos também apresentou um baixo desempenho, dado que apenas 47,06% dessas mulheres praticam alguma atividade física.

A vulnerabilidade social compõe a nona dimensão do IEDG, e possui o objetivo de medir a ocorrência ou não de qualquer forma de discriminação sofrida. Essa dimensão indicou grau de desenvolvimento moderado. Nesse quesito, o resultado apresentado pelo indicador foi de 0,5333, o que significa que aproximadamente 46,67% das entrevistadas já sofreram algum tipo de discriminação. Entre elas, predominaram as que se referiram à discriminação social e por biotipo.

Como dito anteriormente, o tempo é um recurso necessário para realizar diversas atividades, tais como o estudo, a participação social e o trabalho. Nesse contexto, o tempo parece muito mais importante no caso das mulheres, uma vez que parte do seu trabalho (trabalho reprodutivo)<sup>6</sup> não é valorizado em termos monetários. No entanto, esse trabalho pode ser medido em termos de tempo.

Assim, a décima e última dimensão do IEDG se refere ao uso do tempo, cujos componentes são: o uso do tempo livre, o acesso ao cuidado infantil e a responsabilidade das atividades na propriedade e na família. Essa dimensão foi a que apresentou o resultado mais insatisfatório, pois apenas 33,67% das entrevistas tinham suas necessidades de tempo supridas. O componente acesso ao cuidado infantil foi o que apresentou também o pior resultado, revelando que apenas 9,09% das mães tinham acesso ao cuidado infantil (creche).

---

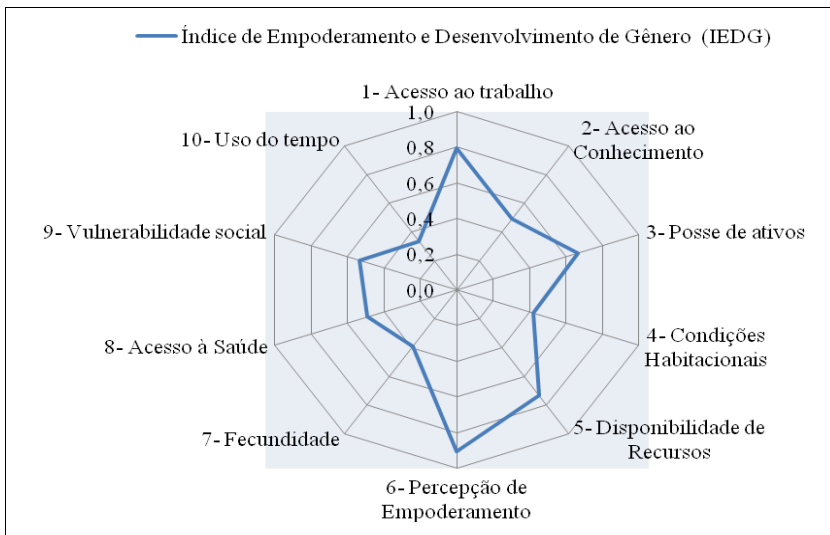
<sup>6</sup> O trabalho reprodutivo diz respeito a toda e qualquer atividade de apoio, isto é, a todo aquele fornecido pelas mulheres que implica a criação dos filhos e o cotidiano das atividades domésticas. Nesse último caso, incluem a preparação de alimentos, a lavagem de roupas, o cuidado das crianças, dentre outros. Em outras palavras, é todo o trabalho (não remunerado) realizado na esfera privada e familiar (BIROLI, 2018).

O uso do tempo livre mostrou que apenas 43,75% das entrevistadas tinham seu tempo livre utilizado para outros fins que não o trabalho (reprodutivo), ou seja, aproximadamente 56,25% dessas mulheres disseram que não possuíam tempo livre, e as que consideraram ter, este, é preenchido com a prática de afazeres domésticos.

No tocante ao último componente dessa dimensão, responsabilidade das atividades na propriedade e na família, uma situação ideal é que esta fosse compartilhada com os demais integrantes da família, no entanto, apenas 48,18% delas podiam contar com tal realidade. Os resultados corroboram os argumentos de Sen (2001b), no sentido de que na divisão do trabalho doméstico e de cuidado infantil, expressada nas relações no interior dos lares e também na sociedade, a maior parcela dos afazeres recai sobre as mulheres.

Com relação aos índices apresentados pelas dimensões que compõem o IEDG, como pode ser observado na Figura 2, chamam a atenção os resultados insatisfatórios obtidos nas dimensões uso do tempo, fecundidade, condições habitacionais e acesso à saúde. Ao passo que os resultados do acesso ao trabalho, da disponibilidade de recursos e da posse de ativos apresentados pelo IEDG foram relativamente satisfatórios. No entanto, apenas a dimensão Percepção de Empoderamento apresentou indicador excelente (0,9).

**Figura 2** - Índice de Empoderamento e Desenvolvimento de Gênero (IEDG)



**Fonte:** Elaboração própria com base nos dados do questionário aplicado.

Assim, diante do exposto, nota-se que o desempenho apresentado pela maioria das dimensões que compuseram o IEDG das mulheres entrevistadas teve grau baixo ou relativamente satisfatório. Das dez dimensões, apenas as que se referem ao acesso ao trabalho, posse de ativos, disponibilidade de recursos e percepção de empoderamento apresentaram grau moderado e alto de empoderamento.

### **Considerações finais**

O objetivo de todas as regiões é sempre buscar a melhoria da qualidade de vida, através da redução dos níveis de todo e qualquer tipo de desigualdade e, conseqüentemente, da pobreza. Assim, torna-se extremamente importante, para a criação e implementação de políticas públicas, o reconhecimento dos agentes mais vulneráveis da sociedade. Neste trabalho, a desagregação do grau de empoderamento e desenvolvimento de gênero, segundo as dez dimensões selecionadas, permite enriquecer o conhecimento e a magnitude desse fenômeno.

No geral, a proporção de mulheres membros da Cooperagra e/ou da Amana com maior grau de empoderamento e desenvolvimento se mostrou moderada (0,5764). Os cálculos do IEDG para determinadas mulheres permitiram afirmar que a maior insatisfação do nível de empoderamento e desenvolvimento de gênero da população estudada está no uso do tempo, nas questões relativas à fecundidade, nas condições habitacionais e no acesso à saúde.

Entretanto, destacou-se o alto desempenho do índice demonstrado pela sexta dimensão (0,9063), representando a participação das mulheres na tomada de decisão e a valorização de suas opiniões e participação na comunidade, cooperativa ou associação. Nesse sentido, esta dimensão ainda vem reforçar que os benefícios da ação coletiva não são apenas econômicos e que sua viabilidade se dá pela presença de outros incentivos.

Assim, o cooperativismo e o associativismo se apresentam como importantes formas de ações coletivas na vida das mulheres, principalmente no que se refere à sua participação. A organização social e os princípios do cooperativismo permitem a inserção social da mulher, aumentando seu empoderamento social, político e psicológico.

O estudo limita-se ao atribuir o IEDG, de acordo com características e percepções das mulheres que fazem parte da Cooperagra e Amana, não representando a percepção de outras ações coletivas. Assim, a partir das contribuições deste estudo, sugere-se a ampliação da pesquisa a outros grupos ou formas de ações coletivas no contexto da agricultura familiar, podendo ainda incluir as diferentes perspectivas entre homens e mulheres.

## Referências bibliográficas

- BARROS, R. P. de; CARVALHO, M. de; FRANCO, S. *Pobreza multidimensional do Brasil*. In: Texto para Discussão, n. 986, out. Rio de Janeiro: IPEA, 2003.
- BAQUERO, M.; BAQUERO, R. Capital Social e Empoderamento no Desenvolvimento Social: um estudo com jovens. *Sociedade em Debates*, v. 13, n. 1, jan-jun., p. 47-64, 2007.
- BIALOSKORSKI NETO, S. In: ZYLBERSZTAJN, D; NEVES, M.F. *Economia e gestão dos negócios agroalimentares: indústria de alimentos, indústria de insumos, produção agropecuária e distribuição*. São Paulo: Pioneira, 2000.
- BIROLI, F. *Gênero e desigualdades: limites da democracia no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2018.
- BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA. *Cooperativismo de Gênero*. Brasília, MAPA/ACS, 2009. Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/assuntos/cooperativismo-associativismo/arquivos-publicacoes-cooperativismo/cooperativismo-de-genero.pdf>. Acesso em: 10 jan. de 2017.
- BRASIL. *Lei nº 5.764 de 16 de dezembro de 1971*. Define a política nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l5764.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5764.htm). Acesso em: 10 jan. 2017.
- BRASIL. Presidência da República. *Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres - SPM*. Disponível em: [https://www.camara.leg.br/internet/comissao/index/mista/orca/ppa/ppa\\_2004\\_2007\\_avalicao2007/vol1t2/27\\_se\\_mulheres.pdf](https://www.camara.leg.br/internet/comissao/index/mista/orca/ppa/ppa_2004_2007_avalicao2007/vol1t2/27_se_mulheres.pdf). Acesso em: 10 jan. 2017.
- BRASIL. Portal Brasil. *Cooperativas de Mulheres*. Brasília, 2012. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2012/02/cooperativas-femininas>. Acesso em: mar. 2017.
- BRAVO, R. *Pobreza y desigualdad de género: una propuesta para el diseño de indicadores*. CEPAL. Servicio Nacional de la Mujer, Santiago de Chile, 1998. Disponível em: <https://repositorio.cepal.org/handle/11362/31606>. Acesso em: dez. 2016.
- DALLER, V. L. O. O empoderamento da mulher e a igualdade de gênero: Cooperigênero uma política pública de cooperativismo. In: *Encontro Brasileiro de Pesquisadores em Cooperativismo*. EBPC. Brasília, 2010. Disponível em: <http://docplayer.com.br/29985483-Titulo-o-empoderamento-da-mulher-e-a-igualdade-de-genero-coopergenero-uma-politica-publica-de-cooperativismo-autor-daller-v-l-o.html>. Acesso em: 10 jan. 2017.

- FRIEDMAN, J. *Empowerment: uma política de desenvolvimento alternativo*. Oeiras, Celta, 1996.
- GIL, A. C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2008.
- INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - IPARDES. *Caderno do Município de Mariluz 2016*, Curitiba. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/cadernos/MontaCadPdf1.php?Municipio=87470>. Acesso em: jan. 2016.
- LEÓN, M. Poder y empoderamiento de las mujeres. Bogotá, 1997. *Revista Región y Sociedad*, Mexico, v. 11, n. 18, p. 189-196, 1999.
- LIMA, L. C. A mulher e o planejamento familiar: uma discussão sobre o gênero. In: *Encontro de Iniciação Científica da FA7*, 6., Fortaleza, 2010.
- MAROCO, J. *Análise estatística com utilização do SPSS*. 2. ed. Lisboa: Edições Silabo, 2003.
- MELO, H. P.; BANDEIRA, L. A Pobreza e as Políticas de Gênero no Brasil. *Unidad Mujer y Desarrollo*. Projeto Governabilidade Democrática e Igualdade de Gênero. Nações Unidas – CEPAL. Santiago, 2005.
- MENARD, C. The economics of hybrid organizations. *Journal of Institutional and Theoretical Economics*, v. 160, n. 3, p. 345-376, 2004.
- OLSON, M. *A lógica da ação coletiva: os benefícios públicos e uma teoria dos grupos sociais*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999.
- ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS - OCB. *Agenda Institucional 2015*. Brasília, 2015. Disponível em: <http://www.goias.cooperativo.coop.br/arquivos/downloads/agenda-institucional-do-cooperativismo-2015-1-11129914.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2017.
- ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO - OIT; PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO - PNUD. *Trabajo y Familia: hacia nuevas formas de conciliación con corresponsabilidad social*. Chile: OIT/PNUD, 2009.
- OSTROM, E. *Collective Action and Local Development Processes*. Sociologia. Bologna, 2007.
- PASSOS, E. Gênero e sua aplicabilidade. In: *Seminário de Aprofundamento do Trabalho com Gênero no Pro-Gavião*, 1., Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a mulher - NEIM. Vitória da Conquista: Universidade Federal da Bahia, 2000, p. 3-12.
- POWELL, W. W. *Neither market nor hierarchy: network forms of organization*. *Research in Organizational Behavior*, v. 12, p. 295-336, 1990.
- SCHMIDT, C. M. *Criação e apropriação de valor no Sistema Agroindustrial do vinho do Vale dos Vinhedos*. 2010. 170 f. Tese (Doutorado em Administração) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.



SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL DO PARANÁ. *Projeto Multissetorial para o Desenvolvimento do Paraná*. Centro de Coordenação de Desenvolvimento Governamental. Curitiba, 2014. Disponível em: [http://www.ipardes.gov.br/pdf/multissetorial/mop\\_desenvolv\\_economico.pdf](http://www.ipardes.gov.br/pdf/multissetorial/mop_desenvolv_economico.pdf). Acesso em: 6 mar. 2017.

SEN, A. *Many faces of gender inequality*. Frontline, Índia, v. 18, n. 22, out./nov. 2001b. Disponível em: <http://www.frontline.in/static/html/fl1822/18220040.htm>. Acesso em: nov. 2016.

SEN, A. *Desigualdade Reexaminada*. Tradução: Ricardo Doninelli Mendes. Rio de Janeiro: Record, 2001a.

SEN, A. *Desenvolvimento como Liberdade*. Tradução: Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SEN, A. *Resources, values and development*. Oxford: Basil Blackwell, 1984.

SEN, A. *Development: which way now?* The Economic Journal, v. 93, 1983.

TIERLING, I. M. B. M. *Ação coletiva no contexto da agricultura familiar: um estudo na Associação de Produtores de Corumbataí do Sul*. 2016. 155 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Paranavaí, 2016.

UNESCO. *Relatório da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura*, 2017.

OLIVEIRA, Nadja Simone Menezes Nery de; CARVALHO, Elenice Silva ; NASCIMENTO, Thiago Pereira do; SCHMIDT, Carla Maria. *Cooperação e empoderamento feminino: análise do Índice de Empoderamento e Desenvolvimento de Gênero (IEDG) em uma cooperativa agrária no Paraná*. *Estudos Sociedade e Agricultura*, v. 26, n. 3, p. 630-655, out. 2018.

**Resumo:** (*Cooperação e empoderamento feminino: análise do Índice de Empoderamento e Desenvolvimento de Gênero (IEDG) em uma cooperativa agrária no Paraná*). O presente estudo tem como objetivo analisar o grau de empoderamento das mulheres que fazem parte da Cooperativa Agrária dos Assentados do Vale do Piquiri (Cooperagra) e/ou da Associação de Mulheres do Assentamento Nossa Senhora (Amana), localizadas no município de Mariluz, região noroeste do estado do Paraná. Para tanto, foram utilizados dados obtidos por meio da aplicação de questionário às associadas, elaborado com base na teoria que aborda tal temática, com os quais foi calculado o Índice de Empoderamento e Desenvolvimento de Gênero (IEDG). Como principais resultados, observou-se que o nível de empoderamento é considerado

moderado e que as dimensões que incidiram para esse indicador foram as relativas ao uso do tempo, à fecundidade, às condições habitacionais e ao acesso à saúde. No entanto, destacou-se o ótimo resultado referente à dimensão representada pela participação das mulheres na tomada de decisão na comunidade, cooperativa ou associação e valorização de suas opiniões, reforçando desta forma que os benefícios da ação coletiva não são apenas econômicos e que sua viabilidade se dá pela presença de outros incentivos. Assim, a organização social e os princípios do cooperativismo permitem a inserção social da mulher, aumentando seu empoderamento social, político e psicológico.

**Palavras-chave:** empoderamento; ações coletivas; desenvolvimento rural; cooperativismo.

**Abstract:** (*Cooperation and female empowerment: analysis of the Gender Empowerment and Development Index (IEDG) in an agrarian cooperative in Paraná, Brazil*). The present study aims to analyze the degree of empowerment of women who are part of the Agrarian Cooperative of the Piquiri Valley (Cooperagra) and/or the Association of Women of the Settlement of Our Lady (Amana) located in the municipality of Mariluz, northwest region of the state of Paraná, Brazil. To do so, we used data obtained through the application of a questionnaire to the associates, based on the theory that addresses this theme, with which the Gender Empowerment and Development Index (IEDG) was calculated. As main results, it was observed that the level of empowerment is considered moderate and that the dimensions related to this indicator were related to the use of time, fecundity, housing conditions and access to health. However, an excellent result was highlighted regarding the dimension represented by the participation of women in decision-making in the community, cooperative or association and appreciation of their opinions, thus reinforcing that the benefits of collective action are not only economic and that their feasibility is due to the presence of other incentives. In this way, social organization and principles of cooperativism allow the social insertion of women, increasing their social, political and psychological empowerment.

**Keywords:** empowerment; collective action; rural development; cooperativism.

Recebido em junho de 2018.  
Aceito em setembro de 2018.